

MARCO ANTONIO DE BARROS

**A BUSCA DA
VERDADE NO
PROCESSO PENAL**

Prefácio

ROGÉRIO LAURIA TUCCI

4.^a edição

revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

STJ00097052
A Busca da Verdade no Processo Penal

4.ª edição revista, atualizada e ampliada

MARCO ANTONIO DE BARROS

1.ª edição: 2002; 2.ª edição: 2010; 3.ª edição: 2012.

Prefácio à 1.ª edição
ROGÉRIO LAURIA TUCCI

Diagramação eletrônica: Editora Revista dos Tribunais Ltda., CNPJ 60.501.293/0001-12.
Impressão e encadernação: Edelbra Indústria Gráfica e Editora Ltda., CNPJ 87.639.761/0001-76.

© desta edição [2013]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

GISELLE TAPAI
Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

0507

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso site: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [08-2013]

Profissional

Fechamento desta edição [09.08.2013]



ISBN 978-85-203-4777-5

982108

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À 4.ª EDIÇÃO	9
PREFÁCIO À 1.ª EDIÇÃO	11
LISTA DE ABREVIATURAS	19
1. A VERDADE DIMENSIONADA NO PROCESSO	21
1.1 Que é verdade?	21
1.2 A unicidade da verdade	25
1.3 A busca da verdade e a finalidade do processo	26
1.4 O Direito e a verdade	28
1.5 Princípios e a verdade	30
1.5.1 Princípio da verdade material	33
1.5.2 Princípio da verdade formal	35
1.5.3 A verdade material no processo civil e a verdade formal no processo penal	37
1.5.4 O enfraquecimento dos dogmas e a verdade processual	39
1.6 Verdade produzida sob o crivo do contraditório e da ampla defesa	42
1.7 O consenso e a verdade	46
1.8 Verdade sabida, fato notório e evidência	48
2. O DESCOBRIMENTO DA VERDADE NOS SISTEMAS PROBATÓRIOS ANTIGOS ...	52
3. RAÍZES LUSITANAS DE APURAÇÃO DA VERDADE	57
4. A BUSCA DA VERDADE SOB A ÉGIDE DO DIREITO CONSTITUCIONAL	64
4.1 O influxo das Constituições na investigação da verdade	64
4.2 Critérios constitucionais que prevaleceram até a Carta de 1934	67
4.3 A Constituição de 1937 e a promulgação do Código de Processo Penal	73
4.4 O período pós-constitucional de 1946	75
4.5 Os modernos ditames da Constituição de 1988	76
5. INVESTIGAÇÃO DA VERDADE	81
5.1 Inquérito policial e o descobrimento da verdade	81
5.1.1 Finalidade do inquérito e primeiras medidas investigativas	84
5.1.1.1 Medidas assecuratórias	86

5.1.1.2	Busca e apreensão.....	88
5.1.1.3	Sequestro, arresto e hipoteca legal.....	90
5.1.1.3.1	Afastamento cautelar de funcionário público.....	93
5.1.1.4	Ação controlada e a obtenção de provas.....	93
5.1.1.5	Infiltração de agente policial para fins de obtenção de provas.....	96
5.1.2	Inquérito e a investigação oficial aprimorada pelo uso da tecnologia.....	99
5.1.2.1	<i>Notitia criminis</i> : boletim eletrônico de ocorrência (BEO), registro digital de ocorrência (RDO) e “disque-denúncia”.....	99
5.1.2.2	Sistemas Infoseg, Ômega, Phoenix, Fotocrim e SINESP.....	104
5.1.2.3	Identificação civil do criminoso.....	108
5.1.2.4	Identificação criminal do indiciado por processo fotográfico e datiloscópico (papiloscopia e Afis).....	109
5.1.2.5	Identificação do criminoso e a coleta de perfil genético (DNA).....	113
5.1.2.6	Identificação do criminoso internauta.....	114
5.2	Termo Circunstanciado.....	118
5.3	Comissão Parlamentar de Inquérito e a apuração da verdade.....	118
6.	ACÇÃO PENAL E O POSICIONAMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FRENTE À PERQUIRIRÇÃO DA VERDADE.....	121
6.1	Titularidade da ação penal.....	121
6.2	Ministério Público e sua condição de parte no processo penal.....	123
6.3	Ministério Público e a instrução do processo.....	128
6.4	Assistente da acusação e sua contribuição para o descobrimento da verdade.....	133
7.	PROVA E VERDADE.....	137
7.1	A utilização da prova como instrumento de apuração da verdade.....	137
7.2	Breves noções sobre a teoria legal da prova.....	139
7.3	Objeto da prova.....	141
7.4	Desnecessidade da prova.....	142
7.5	Momentos probatórios.....	144
7.6	Ônus da prova.....	146
7.7	Averiguação da verdade pelo juiz natural.....	148
7.7.1	Juiz natural e o princípio da identidade física do juiz.....	154
7.7.1.1	Juiz natural e juízo colegiado.....	155
7.7.2	Poderes atribuídos ao juiz em busca da verdade.....	158
7.7.2.1	Poderes inquisitórios do juiz penal.....	162
7.7.2.2	Poderes instrutórios.....	164

7.7.3	A busca da verdade em superior instância judicial.....	164
7.8	Liberdade, legalidade e restrições à prova.....	168
7.8.1	Prova ilícita.....	170
7.8.1.1	Prova ilícita por derivação.....	173
7.8.1.2	Desentranhamento da prova ilícita.....	174
7.8.2	Intimidade, vida privada, honra e imagem.....	176
7.8.3	A proteção do domicílio.....	179
7.8.4	Segredo e sigilo.....	180
7.8.5	Sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas.....	182
7.8.6	Sigilo das comunicações telefônicas.....	183
7.8.6.1	Captação ambiental.....	189
7.8.7	Sigilo de dados.....	190
7.8.7.1	Organização criminosa e o sigilo dos atos processuais... ..	194
7.8.8	Sigilo bancário e das instituições financeiras.....	199
7.8.9	Difusão do sigilo profissional.....	204
7.8.10	Sigilo do juiz de direito, do representante do MP e da autoridade policial.....	207
7.8.11	Sigilo do advogado.....	209
7.8.12	Sigilo médico.....	211
7.8.13	Sigilo do jornalista.....	215
7.8.14	Da aplicação do princípio da proporcionalidade.....	217
7.9	Meios de prova.....	227
7.9.1	Exame de corpo de delito.....	229
7.9.2	Perícia: características gerais.....	231
7.9.2.1	Perito, quesitos e laudo pericial.....	234
7.9.2.2	Intérprete e tradutor.....	237
7.9.2.3	Exames necroscópico e de exumação.....	238
7.9.2.4	Exame de lesões corporais.....	239
7.9.2.5	Exame grafotécnico.....	240
7.9.2.6	Perícia de laboratório e exame de DNA.....	241
7.9.2.7	Teste de alcoolemia (bafômetro).....	244
7.9.2.8	Instrumentos do crime e avaliação de coisas.....	246
7.9.3	Do acusado e seu defensor.....	247
7.9.3.1	Interrogatório e os direitos do acusado.....	248
7.9.3.2	Formalidades legais que cercam o interrogatório.....	251
7.9.3.3	Local do interrogatório e videointerrogatório.....	256
7.9.3.3.1	Juízo colegiado e videointerrogatório.....	263
7.9.3.4	Confissão e parcialidade do acusado.....	266
7.9.3.5	Delação ou colaboração premiada.....	268

7.9.3.5.1	Colaboração premiada em infração penal envolvendo organização criminosa.....	272
7.9.3.6	Defensor e a sua obrigatória intervenção no processo ...	275
7.9.3.7	O <i>munus</i> que apara a parcialidade do defensor.....	278
7.9.4	Do ofendido.....	280
7.9.4.1	Realinhamento procedimental da importância do ofendido	281
7.9.4.2	Atuação do ofendido no polo ativo da ação penal	286
7.9.5	Prova testemunhal.....	291
7.9.5.1	Compromisso de dizer a verdade.....	292
7.9.5.2	Quem pode testemunhar e obrigatoriedade do depoimento	295
7.9.5.3	Oralidade	297
7.9.5.4	Exame direto da prova testemunhal	298
7.9.5.5	Número de testemunhas que podem ser arroladas	302
7.9.5.6	Incomunicabilidade e ordem de inquirição	303
7.9.5.7	Direito ao confronto e videodepoimento	303
7.9.5.8	Depoimento por carta precatória ou por videoconferência...	305
7.9.5.9	Acareação e contradita	307
7.9.5.10	Valor da prova testemunhal.....	307
7.9.5.11	Programa de proteção a testemunhas	309
7.9.6	Reconhecimento de pessoa ou coisa	311
7.9.7	Prova documental e sua autenticidade.....	312
7.9.7.1	Prova eletrônica, documento eletrônico e processo judicial eletrônico	314
7.9.7.2	Dificuldade no recolhimento da prova digital.....	317
7.9.7.3	Ata notarial como meio de prova	320
7.9.7.4	Prova emprestada e a confirmação da verdade.....	323
7.9.8	Indícios.....	325
7.9.9	Cooperação jurídica internacional	327
7.9.9.1	Extradicação	335
7.10	Sistemas de apreciação da prova no processo penal	336
7.10.1	“Juízos de Deus” e ordálias	338
7.10.2	Íntima convicção do juiz.....	340
7.10.3	Prova legal	341
7.10.4	Persuasão racional.....	341
8.	AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, ALEGAÇÕES FINAIS E NULIDADE	346
8.1	Alegações finais orais	348
8.2	Preservação da fidelidade dos atos praticados em audiência.....	349

8.3	Videoconferência e teleaudiência	351
8.4	Nulidades	356
8.4.1	Ato nulo.....	356
8.4.2	Ato inexistente	357
8.4.3	Nulidade e legalidade das formas.....	358
8.4.4	Nulidade e prejuízo	359
8.4.5	Instrumentalidade das formas	360
8.4.6	Nulidade e o descobrimento da verdade	360
8.4.7	Convalidação dos atos sanáveis	361
8.4.8	Nulidade derivada	362
8.4.9	Lealdade, interesse e nulidade	363
8.4.10	Arguição de nulidade.....	363
8.4.11	Momentos de arguição da nulidade	364
8.4.12	Declaração judicial da atipicidade do ato	365
8.4.13	Nulidade absoluta.....	365
8.4.14	Nulidade relativa	368
8.4.15	Nulidades do Júri	370
9.	SENTENÇA DECLARATÓRIA DA VERDADE	374
9.1	Estrutura formal da sentença.....	377
9.1.1	Relatório	377
9.1.2	Fundamentação	378
9.1.3	Parte dispositiva e assinatura do juiz	379
9.2	Sentença absolutória	380
9.3	Sentença condenatória	382
9.4	Teoria da congruência	384
9.5	Decisões do juízo colegiado de primeiro grau de jurisdição.....	387
10.	PREDOMÍNIO DA VERDADE: RIGOR E ABALOS	390
10.1	Coisa julgada e presunção de verdade	390
10.2	Revisão criminal.....	392
10.2.1	Revisão <i>pro reo</i>	393
10.2.2	Revisão <i>pro societate</i>	395
10.3	A busca da verdade no Juizado Especial Criminal.....	396
10.4	Efeitos da suspensão condicional do processo.....	397
10.5	Suspensão do curso do processo no caso de revelia	399
	BIBLIOGRAFIA	401
	ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	421